

Em que sentido(s) é radical o Behaviorismo Radical?

(In which sense(s) is radical the Radical Behaviorism?)

Kester Carrara*¹ & Bruno Angelo Strapasson**

*Universidade Estadual Paulista

**Universidade Positivo–Curitiba
(Brasil)

RESUMO

O uso do adjetivo *radical* para identificar a variedade de behaviorismo proposta por Skinner é corrente nos dias atuais. Entretanto, historicamente, esse qualificador não foi exclusivamente aplicado à proposta skinneriana e seu caráter polissêmico tende a gerar incorreções na interpretação do que caracteriza o Behaviorismo Radical de Skinner. Este artigo pretende esclarecer o sentido mais apropriado de *radical* quando aplicado ao behaviorismo de Skinner por meio de quatro atividades articuladas: (1) a recuperação das origens etimológicas da palavra *radical* e seus diferentes significados em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Língua Inglesa; (2) uma reconstrução e análise evolutiva de um cenário histórico que culminou no uso do termo no contexto behaviorista; (3) uma análise das principais acepções de *radical* quando associadas ao behaviorismo; (4) um exame dos sentidos em que é coerente a adoção do termo *radical* associado ao behaviorismo e das implicações correntes e futuras para o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento no contexto científico.

Palavras chave: Behaviorismo Radical; Behaviorismo Clássico; Análise do Comportamento; Behaviorismo Metodológico; Operacionismo; Behaviorismo Moderado.

ABSTRACT

The use of the adjective *radical* to identify the variety of behaviorism proposed by Skinner is current nowadays. However, historically, this qualifier was not exclusively applied to Skinner's proposal and its polysemy tends to generate inaccuracies in the interpretation of what characterizes Skinner's Radical Behaviorism. This article aims to clarify the most appropriate sense of *radical* when applied to Skinner's behaviorism by means of four articulated activities: (1) the description of the etymological origins of the word *radical* and its different meanings in Portuguese, Spanish and English, (2) a reconstruction and analysis of the evolution of a historical setting that culminated in the use of the term in the behaviorist context, (3) an analysis of the main meanings of *radical* when associated with behaviorism, (4) an examination of some ways in which the

1) Correspondência para: Kester Carrara, Unesp - Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01. CEP 17033-360, Bauru – SP. E-mail: kestercarrara@pq.cnpq.br

use of the term associated with behaviorism is consistent, and the current and future implications for Radical Behaviorism and Behavior Analysis in a scientific context.

Key-words: Radical Behaviorism; Classic Behaviorism; Behavior Analysis; Methodological Behaviorism; Operationism; Moderate Behaviorism

Ao menos desde 1945, quando adotado por Skinner em seminal publicação (Skinner, 1945a, 1945b) que retrata sua participação no simpósio sobre operacionismo organizado por E. G. Boring, o segundo termo da expressão Behaviorismo Radical tem provocado interpretações e reações as mais distintas entre o público leigo, entre profissionais de outras mediações teórico-epistemológicas e entre analistas do comportamento. Examinar diferentes interpretações, por vezes conflitantes, recuperar o percurso histórico do uso do adjetivo *radical* e apresentar os seus sentidos mais coerentes com a filosofia behaviorista radical contemporânea e compatíveis com a Análise do Comportamento constituem os objetivos centrais deste artigo. Pretende-se alcançá-los mediante o escrutínio e desenvolvimento de quatro dimensões necessariamente articuladas: (1) a recuperação das origens etimológicas da palavra *radical* e seus diferentes significados em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Língua Inglesa²; (2) uma reconstrução e análise evolutiva de um cenário histórico que culminou no uso do termo *radical* no contexto behaviorista; (3) uma análise das principais acepções de *radical* quando associadas a behaviorismo; (4) um exame dos sentidos em que é coerente a adoção do termo associado à filosofia behaviorista e das implicações correntes e futuras para o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento no contexto científico.

RADIX, RĀDICĀLIS, RADICAL

Considerando consenso que, no âmbito da Psicologia, behaviorismo ou comportamentalismo (em português), conductismo (em espanhol) e behaviorism (em inglês estadunidense) fazem referência ao estudo do comportamento, resulta conveniente, por constituir aspecto notadamente polêmico na literatura (cf. Carrara, 2005), examinar a origem e os variados significados de *radical*, que adjetivam a variante behaviorista concebida por B. F. Skinner (1904-1990).

Entre lexicógrafos brasileiros (cf. Cipro Neto, 2009; Cunha, 1986; Faria, 1994; Houaiss), é comum a menção à etimologia de *radical* como constituindo termo proveniente do latim *rādicālis*, a partir de *radix-icis* (raiz), com vários significados: (1) alguns desses significados são estritos ou literais e pouco relevantes para esta discussão (e.g., em Botânica, com referência à raiz de uma planta); (2) outros constituem sentidos figurados, dizendo respeito, por exemplo: (2.1) ao cerne de um tema, à essência de algo, ao que é básico, à origem, ao fundamento, a um princípio; (2.2) ao que é inflexível, ao que se mostra intolerante, rígido, intransigente ou extremado (e.g., um defensor radical ou extremado dos direitos humanos); (2.3) ao que é imoderado, descomedido, drástico (política radical, mudança radical de opinião); (2.4) a uma posição teórica, filosófica ou epistemológica extremista.

Para a Real Academia Espanhola, em seu dicionário *online*, o termo radical origina-se, igualmente, do latim *radix, radicis*, raiz:

2) As referências à etimologia das expressões examinadas atêm-se (não necessariamente nessa sequência no decorrer do texto) aos idiomas inglês estadunidense (em vista da origem histórica do Behaviorismo Radical), espanhol (em função de a editoria geral deste periódico vincular-se a país de língua hispânica) e português (por conta da autoria do artigo ser de pesquisadores brasileiros).

[...] *perteneciente o relativo a la raíz; fundamental, de raíz; partidario de reformas extremas, especialmente en el sentido democrático; extremo, tajante, intransigente; dicho de cualquier parte de una planta; que nace inmediatamente de la raíz; perteneciente o relativo a las raíces de las palabras; cada uno de los fonemas constituyentes del radical de una palabra; el signo con que se indica la operación de extraer raíces; agrupamiento de átomos que interviene como una unidad en un compuesto químico* (2013a, s/p).

Observa-se, com especial interesse para a análise aqui empreendida, que *radical* é também entendido como: fundamental, muito importante (e.g., “*en los últimos años la ciudad há experimentado cambios radicales*”); como exagerado, imoderado no pensar ou agir (e.g., “*es muy radical: o lo quiere todo o no quiere nada*”); como básico, profundo e, mesmo, extremista, intolerante.

Esses significados não diferem muito daqueles encontrados na língua inglesa. Uma vez que o behaviorismo, no contexto da Psicologia, teve origem nos Estados Unidos da América (Watson, 1913) e como o termo *radical* foi assumido pela versão behaviorista skinneriana (Skinner, 1945a, 1945b), configura-se relevante, ainda que com brevidade, fazer alusão a dimensões etimológicas da expressão também em inglês estadunidense. Assim, alguns pareamentos entre palavras e expressões são comumente encontrados. Para melhor exemplificar: (1) equivalente a *going to the root* (no sentido de que se vai, em determinado argumento, às “raízes” – às bases mais remotas – do tema); (2) equivalente a *iconoclastic* (do sentido lato e literal de “destruidor de ícones” até os sentidos figurados, como o de postura irreverente frente a valores tradicionais, pressupostos ou costumes convencionais); (3) equivalente a *extreme* (na direção de extremado, irretorquível, irreversível, inflexível, fanático, revolucionário) e, (4) até mesmo *rabid* (extremamente radical ou violento, furioso, enraivecido) (Merriam-Webster, 2013, s/p).

Respeitadas as devidas especificidades linguísticas, de modo geral, o sentido da palavra, em inglês estadunidense (de origem anglo-saxã), é bastante similar ao que se tem em Português ou Espanhol (ambos de origem latina). Assim, encontramos, a título de exemplo: “*The computer has introduced radical innovations*”, “*There are some radical differences between the two proposals*”, “*The new president has made some radical changes to the company*”, “*A radical wing of extremists*” (Merriam-Webster, 2013, s/p). Em que pese o uso genérico, há significativa rotina no emprego da expressão quando se refere a dimensões seminais, fundamentais ou, metaforicamente, “verticais”: “*favoring extreme changes in existing views, habits, conditions, or institutions: associated with political views, practices, and policies of extreme change; advocating extreme measures to retain or restore a political state of affairs*” (Merriam-Webster, 2013, s/p).

Essa breve descrição dos usos da palavra *radical* sugere que seus múltiplos sentidos (especialmente os relacionados: (1) àquilo que é central ou fundamental, (2) àquilo, ou alguém, que se revela intransigente, (3) àquilo que é imoderado, (4) àquilo que é extremo) são comuns entre esses idiomas, de modo que se torna plausível supor que o mesmo tipo de confusão conceitual, comum no uso de termos polissêmicos em contextos leigos e técnicos, parece ter afetado tanto os países latinos como os países de língua inglesa na compreensão do adequado significado de *radical* quando aplicado por Skinner à sua versão de behaviorismo.

É verdade que as acepções das palavras em um contexto técnico muito frequentemente diferem substancialmente dos usos cotidianos e, conseqüentemente, podem não ser bem representadas por definições de dicionários. Em última instância, os dicionários constituem compilações de usos correntes das palavras em comunidades verbais específicas. Mas também é verdade que, mesmo entre acadêmicos, até que o uso específico de uma palavra seja estabelecido adequadamente como uma prática corrente, a probabilidade de que se use tal termo sob controle compartilhado das mesmas variáveis que estabelecem o uso no cotidiano é bastante aumentada, especialmente em um contexto em que não haja uma definição técnica clara para o mesmo. Essa é uma das razões que levou Skinner, no contexto da Análise do Comportamento, a criar tantos neologismos para seus conceitos básicos. Não por razões espúrias, Skinner preferiu “reforço” a “recom-

pensa” (Skinner, 1938) e “comportamento verbal” a “linguagem” (Skinner, 1957). Ainda outros termos e expressões podem ser identificados. Dentre eles, em particular, os termos *behaviorismo* e *radical* constituem exemplos especiais. No caso específico de *behaviorismo*, por exemplo, é possível perceber que as características genéricas (e costumeiramente imprecisas) mencionadas em obras de referência não científicas em espanhol, como enciclopédias e dicionários, são similares àquelas usuais em inglês estadunidense ou em português.

Observa-se, nesse contexto, que a polissemia da palavra *radical* e a frequente e inapropriada caracterização do behaviorismo podem gerar sérias distorções de interpretação por parte de quem se aproxime do Behaviorismo Radical na tentativa de compreendê-lo. Considerando que em casos de confusão conceitual, as análises histórico-conceituais são, amiúde, esclarecedoras, resulta oportuno um breve resgate histórico do behaviorismo em relação às acepções de *radical* atribuídas a esse movimento teórico.

CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO BEHAVIORISMO

A levar em consideração alguns dos principais escritos publicados imediatamente antes do “manifesto” watsoniano (Watson, 1913), embora existissem convicções particulares entre os autores sobre o objeto da Psicologia, não havia a respeito qualquer consenso, de maneira que o clima intelectual das discussões tornava-se cada vez mais fértil para o surgimento de uma nova proposta (Carrara, 2005). Pode-se conferir, a título de exemplo, a formulação de Calkins (1907), no seu *Psychology: What is it About?*:

Psychology has been variously defined as the Science of “consciousness” or of “the mental life” or of “experience”. Of late years vigorous attempts have been made, from the most various motives, to eject the term consciousness from our vocabulary, but, in my opinion, these efforts, though richly significant, are metaphysical, not psychological, in their import, since all are mainly concerned to overcome the dualistic opposition of psychical to physical (pp. 676-677).

Pelo menos desde James (1904), a referida insatisfação com o conceito de consciência, mais tarde excluído por Watson de sua Psicologia, já se encontrava presente:

For twenty years past I have mistrusted ‘consciousness’ as an entity; for seven or eight years past I have suggested its non-existence to my students, and tried to give them its pragmatic equivalent in realities of experience. It seems to me that the hour is ripe for it to be openly and universally discarded. That entity is fictitious, while thoughts in the concrete are fully real. But thoughts in the concrete are made of the same stuff as things are (pp. 477-491).

Mesmo nas publicações posteriores ao “manifesto behaviorista” (Watson, 1913), as análises revelavam o clima intelectual polêmico que o surgimento do behaviorismo propiciara, com amplas discussões envolvendo o objeto da Psicologia. Paralelamente, avaliavam os desdobramentos teóricos e de aplicação, em face da hipótese de aceitação massiva da nova lógica. A mudança requerida era efetivamente radical, no sentido de que se constituiria drástica, inovadora e imoderada. Com Moore (1921), ao mesmo tempo em que esteve presente o argumento concordante com a importância da experimentação em laboratório enquanto método, outro se contrapôs, persistindo na defesa da introspecção e sustentando que o experimento psicológico nunca poderia ser mais que um arranjo mais acurado das condições dessa técnica. No contexto genérico de seu *The Foundations of Psychology* (1921), Moore ressaltava que permanecia a dificuldade de atuar metodologicamente, em Psicologia, como se atuava nas ciências naturais, uma vez que o uso mais acurado

da introspecção não era equivalente a apenas um melhor arranjo de condições de observação, tal como era possível ao químico ou ao biólogo:

The true laboratory of the psychologist is his own mind, which he carries about with him always, and the best equipped laboratory building is no more than an external aid to the observation of the workings of his own and other person's minds just as the telescope is the external aid of the astronomer, or the microscope of the histologist. The difficulties of introspection are, of course obvious, but the claim of some that they are insuperable is, I think, unproven (p. 20).

Mais adiante, no mesmo texto, Moore (1921) reconhecia esforços para o desenvolvimento de uma Psicologia “quase-behaviorista”, aos quais associava Pillsbury e McDougall previamente a Watson. No entanto, é de se notar que, no caso de McDougall (1923), ocorre uma tentativa de abrir duas possibilidades para o behaviorismo: uma mecanicista e outra intencionalista (“*purposive behaviorism*”), apoiando a última, que constituiria uma opção aparentemente mais moderada:

One last word – Behaviorism, as I said before, is not necessarily mechanical. Though most behaviorists profess adhesion to the mechanistic dogma, they are even now making use of terms, such as ‘motor sets’, ‘trends’, ‘drives’, and ‘determining tendencies’, all of which are terms of the Purposive Psychology, thinly disguised. I have no doubt that Dr. Watson is capable of giving you the psychology you need and that he is developing for you a Purposive Psychology. [...] I have good hope that he will come out, perhaps already has come out, on the right side. If then you must be behaviorists, I beg that you will be purposive behaviorists (p. 288).

Com efeito, imediatamente antes do lançamento do “manifesto”, McDougall (1912), esboça uma das primeiras aproximações da Psicologia à ideia de comportamento como seu objeto de estudo. Já Pillsbury (1922), ao fazer uma revisão do livro de Woodworth de 1921, apresenta sua própria posição em relação ao behaviorismo watsoniano do seguinte modo:

The general attitude is much influenced by the behavioristic attitude and specifically by Watson's book, without, however, accepting the extreme statements. Consciousness is retained as a psychological category, and the introspective method is not discarded (p. 446).

A opinião de Moore (1921), no seu já citado livro, explicita a dimensão radical do behaviorismo watsoniano:

The year 1913 marks the birth of the most radical of all psychological concepts, that of “Behaviorism”. This doctrine is an extreme, and yet perfectly logical, development of the functionalist position, and is far more consistent in its working out than the intermediate “radical functionalism” (as we may call it) of Pillsbury and McDougall, for it not only accepts the definition of these two writers theoretically, but vigorously puts this definition into practice. The Behaviorist movement was initiated and the doctrine founded by Professor John B. Watson of the Johns Hopkins University in two articles in the Psychological Review and the Journal of Philosophy, later combined in the first chapter of the book Behavior [Watson, 1914] (p. 31).

De todo modo, não constitui prioridade deste artigo recompor a trajetória histórica do behaviorismo, mas valer-se de informações registradas pela história escrita e características de práticas profissionais contemporâneas para bem delinear os vários sentidos pelos quais o termo *radical* acompanha o behaviorismo de

Skinner. Nessa perspectiva, excelentes trabalhos de reconstrução conceitual e historiográfica do Behaviorismo Radical podem ser encontrados, respectivamente, em Schneider e Morris (1987) e Morris, Todd, Midgley, Schneider e Johnson (1990).

RADICALIDADE ATRIBUÍDA AO BEHAVIORISMO CLÁSSICO

Apesar das muitas recaídas dos estudiosos das primeiras três décadas do século passado em episódios de interpretação antropomórfica das ações animais, as cinco ou seis décadas que precederam a publicação do “manifesto” (Watson, 1913) revelaram um *Zeitgeist* que aproximava a experimentação animal em Psicologia da experimentação em Biologia (Carrara, 2005, p.29-74). O cenário das ciências naturais (leia-se Física e Biologia) revelava modelo difícil de ser adotado, não em face da concepção vigente de que o “conteúdo psicológico” possuía, em relação a essas ciências, uma natureza *sui generis*, mas porque a própria elaboração de estratégias e procedimentos de pesquisa demandaria uma difícil adaptação funcional para os pesquisadores, se se admitisse ser possível fazer uma Psicologia nos moldes das ciências naturais. Nessas condições, não é difícil compreender quão polêmicas, graves e profundas foram as transformações propostas por Watson (1913), quando anunciava, por um lado, que o objeto da Psicologia não mais deveria ser a consciência, mas o comportamento, e, por outro, que o instrumento metodologicamente privilegiado deveria ser a observação e, não, a introspecção. É verdade que Watson não foi o primeiro a fazer proposições desse tipo na psicologia estadunidense, mas aparentemente ele foi o psicólogo mais influente a fazer essas reivindicações, e, historicamente, o caráter polêmico de seu texto parece ter fomentado reações mais drásticas que as recebidas pelos outros autores, em parte devido ao modo contundente e direto de crítica frequentemente usado por Watson (Samelson, 1981).

Embora o contexto de surgimento do Behaviorismo incluía vários debates em conferências públicas que precederam o “manifesto” watsoniano, foi esse documento que constituiu evento público crucial e historicamente marcante de seu aparecimento, em 1913. Watson fora o “agente dos tempos” e seu *Psychology as the behaviorist views it* representava uma guinada importante na confortável tradição de olhar para o interior do indivíduo à busca de informações sobre seu pensamento, sobre sua consciência, sobre seus processos internos:

Psychology as the behaviorist views it is a purely objective experimental branch of natural Science. Its theoretical goal is the prediction and control of behavior. Introspection forms no essential part of its methods, nor is the scientific value of its data dependent upon the readiness with which they lend themselves to interpretation in terms of consciousness. The behaviorist, in his efforts to get a unitary scheme of animal response, recognizes no dividing line between man and brute. The behavior of man, with all of its refinement and complexity, forms only a part of the behaviorist's total scheme of investigation (Watson, 1913, p. 158).

O foco central das discussões no interior das comunidades científicas em Psicologia, nos anos 1913-1930, não poderia ser outro senão a mistura de aceitações tácitas, rejeições incondicionais ou dúvidas e indagações sobre a instrumentalidade do novo modo de “fazer ciência” na Psicologia. Um exemplo de tais dificuldades foi a mudança no delineamento de alguns experimentos com animais, com maior controle de variáveis críticas durante o procedimento de pesquisa, mas, em contrapartida, com a preservação de um arraigado ranço de antropomorfismo nas interpretações de resultados, mediante a reiterada adoção de explicações mentalistas que se referiam à concepção do comportamento de uma variedade de animais na escala filogenética, ainda como decorrência de características que se supunham tipicamente humanas, como vontade, afeto, índole, sentimentos e *drive states*. Adicionalmente, Watson declarou de modo contundente suas críticas às psico-

logias de sua época, criticando tanto seus aspectos metodológicos, como pode ser visto no excerto “*The time seems to have come when psychology must discard all reference to consciousness; when it need no longer delude itself into thinking that it is making mental states the object of observation*” (Watson, 1913, p. 163), quanto suas concepções ontológicas, como pode ser constatado na afirmação “*All Psychology except Behaviorism is dualistic*” (Watson, 1925, p. 4). Por tais razões, foi primordialmente em decorrência da proposta de Watson que se deu o advento da associação do Behaviorismo a expressões como extremo, estrito e radical, entre outras similares. Há passagens na literatura que registram a presença da adjetivação *radical* à “invenção” de Watson, sempre atribuída ao Behaviorismo da época por seus leitores e comentaristas, mas não por ele próprio em seus escritos³. Calkins (1930) apresenta uma caracterização do Behaviorismo em sua época: “*Extreme behaviorism holds a more radical view. Not content with ignoring conscious minds, it boldly identifies consciousness with bodily process and mind with bodily organisms*” (p. 199).

Recorde-se que a tradição oral, representada principalmente pelas comunicações na forma de conferências, constituía uma das maneiras prevalentes de informação científica no início dos anos 1900, tornando rarefeita a coleção histórica de documentos com a utilização da expressão *radical* associada ao behaviorismo então incipiente. Em contrapartida, nos dias atuais existe oficialidade na auto-atribuição da designação de Behaviorismo Radical à formulação skinneriana sistematizada a partir do “Terms” (1945a).

Conquanto as polémicas se instalassem desde a revolucionária proposição de Watson (1913) de substituição dos fundamentos e estratégias da Psicologia (como objeto de estudo, da consciência pelo comportamento; como procedimento de coleta de dados, da introspecção pela observação), a expressão *radical* resultou de imediata e conseqüente caracterização manifesta pela comunidade científica, logo informada pelos primeiros comentaristas de Watson (e.g., Calkins, 1921; Moore, 1921) e endossada por comentaristas posteriores (Bergman, 1956; Marx & Hillix, 1973; Samelson, 1981). Calkins (1921) descreve bem a confusão conceitual, epistemológica e filosófica que circulou nos departamentos de psicologia e de filosofia das universidades estadunidenses. O título do seu artigo (*The Truly Psychological Behaviorism*) exemplifica bem o efeito devastador que Watson causara entre os que conservavam os conceitos de consciência, mente e *self*. Calkins classifica os behavioristas em três categorias: Psicologia Behaviorista Extrema, Psicologia Behaviorista Modificada e Behaviorismo como Psicologia do *Self*. A última, naturalmente, constitui alternativa que Calkins considera fazer jus ao título do seu artigo. Para melhor aferição das categorias propostas:

The writer of this paper is convinced of the hopeful significance of the adoption, by psychologists, of the cardinal principle of behaviorism. (p.1) (...) EXTREME BEHAVIORISTIC PSYCHOLOGY: The most prominent upholder of radically behavioristic psychology is Professor John B. Watson, and the most systematic presentation of his doctrine is his recent ‘Psychology from the Standpoint of a Behaviorist’ (...) extreme behaviorism distinguishes the human animal from no-human animals solely in terms of his type of bodily reactions. This means that extreme behavioristic psychology denies or ignores what are known as mental phenomena. (p. 1); (...) MODIFIED BEHAVIORISTIC PSYCHOLOGY (...) differs, as has just been stated, from radical behaviorism by regarding the human animal as possessed not only of bodily reactions but of consciousness. (p. 8); (...) BEHAVIORISM AS SELF-PSYCHOLOGY (...) in the view of the writer, that the cardinal principles of behaviorism must be abandoned, in other words, that psychology must give over studying the integrated individual in

3) Apenas incidentalmente, pode-se encontrar uma publicação com uso de “radical” no título de um trabalho científico: a tese de Frank Diehl (1932), intitulada *An Historical and Critical Study of Radical Behaviorism as a Philosophical Doctrine*. O texto trata de aspectos do behaviorismo clássico de Watson e seus seguidores, mas ainda não de Skinner. Para mais detalhes, consultar também Schneider e Morris (1987).

relation to this environment (...) the individual's relation to environment is not to be identified exclusively with bodily reaction, that it consists, in part at least, of consciousness (pp. 12-13).

Nota-se que, mesmo passados oito anos do “manifesto”, ainda restava muita confusão conceitual, embora a inovação behaviorista já padecesse de genéricos ataques que empregavam a adjetivação de “extremo” e “radical” ao paradigma watsoniano. Nesse artigo de Calkins (1921), já aparecem 12 ocorrências do termo *radical* e uma de *radically*, ambos associados a behaviorismo.

O qualificativo *radical* não foi, portanto, criado por Watson e não é encontrado em seus artigos e livros associado a behaviorismo, mas foi, pelos seus comentadores, atribuído ao seu behaviorismo em razão de sua postura eliminativista em relação à consciência, sua rejeição à introspecção como método e sua adoção de um monismo fisicalista. Tais proposições soaram para muitos como extremadas, imoderadas e inflexíveis – radicais.

RADICALIDADE ASSUMIDA PELO BEHAVIORISMO RADICAL

O behaviorismo de Skinner ganha o qualificador *radical* que completa sua denominação por razões diferentes daquelas que o aplicaram ao behaviorismo de Watson. Não poderia ser de forma diferente, afinal, embora a passagem do behaviorismo de Watson ao de Skinner tenha gradativamente se constituído a partir do doutoramento deste em 1931 e seu embrião se tornasse público já em 1938 (*The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis*), a consolidação da expressão “Behaviorismo Radical” apenas se deu oficialmente em 1945. Consonantes com essa proposição, Schneider e Morris (1987, p. 33) sugerem que Skinner, em sua autobiografia, por vezes refere-se a um manuscrito (Skinner, 1934) não publicado, *A Sketch for an Epistemology*, para mencionar suas primeiras conjecturas a respeito de uma sistematização conceitual do Behaviorismo Radical. Isso se confirma no segundo volume do *The Shaping of a Behaviorist* (1979, pp. 115-119, 146, 166, 311, 359). Já em meados da década de 1940, o Behaviorismo Clássico havia sido amplamente disseminado (ver Buckley, 1989; O'Donnell, 1985; Strapasson, 2008). Nesse contexto, o compromisso com o monismo de substância, com as críticas à introspecção como uma forma de acessar conteúdos de uma suposta mente imaterial e com a indicação de que o comportamento deve ser o objeto legítimo de estudo da Psicologia, apesar de não serem proposições consensuais, não causavam mais tanto espanto entre teóricos da Psicologia. Além disso, a atribuição do adjetivo *radical* ao behaviorismo de Skinner foi apresentada pela primeira vez pelo próprio Skinner (1945a, 1945b). Considerando-se que esse autor discordava de diversos aspectos da proposição de Watson (e.g., Skinner, 1959), cabe perguntar quais seriam as características atribuídas por Skinner à sua versão de behaviorismo que o diferenciaria do behaviorismo de Watson, tornando-o radical em outro sentido.

Consideremos que Skinner escreveu extensa obra, publicando por aproximadamente 60 anos. Naturalmente, seu behaviorismo passou por etapas críticas e uma produção empírica, teórica e filosófica dinâmica e constante, mas não monolítica no longo período 1930-1990 (ver, Micheletto, 1997; Moxley, 1999). Um desses momentos críticos da evolução conceitual de seu Behaviorismo Radical culminou, justamente, com os debates do simpósio de 1945. Particularmente, o uso do qualificador *radical* para o behaviorismo skinneriano se estabelece com a disseminação das afirmações de Skinner no texto sobre os debates que ocorreram no histórico Simpósio sobre Operacionismo, coordenado pelo seu ex-orientador, E. G. Boring, que, na ocasião, propôs ao editor (H. S. Langfield) da *Psychological Review* a realização desse evento. Concordaram em participar desse simpósio B. F. Skinner, H. Feigl, H. Israel, C. C. Pratt, P. W. Bridgman e E. G. Boring, que formulou e encaminhou 11 questões aos participantes, os quais escolheram aspectos que julgaram relevantes e sobre os quais registraram suas participações. No texto que apresenta inicialmente, Skinner (1945a) prioriza detalhadas considerações sobre as dicotomias ‘público-privado’ e ‘objetivo-subjetivo’, tomadas, até

então, como sinônimos na psicologia em geral e, em particular, por alguns behavioristas que trabalhavam segundo a tradição watsoniana. Insiste também no fato de que os eventos privados possuem a mesma natureza dos eventos que viabilizam acesso público⁴.

Entretanto, suas considerações mais agudas – e, no contexto aqui examinado, mais radicais, no sentido de imoderadas, provocativas e, provavelmente, surpreendentes – foram suas rematadas afirmações no texto final do Simpósio, intitulado *Rejoinders and Second Thoughts*, em que Boring reúne suas próprias considerações sobre os diversos textos e dá oportunidade às réplicas e opiniões finais dos simposiastas. Nesse texto (1945b), entre outras queixas, Skinner revela sua insatisfação com as “releituras behavioristas” de teorias que considera obsoletas e que incluíam reinterpretações “operacionais” da Psicologia do *self*, da mente, dos *drive states*. Registra:

The reinterpretation of an established set of explanatory fictions was not the way to secure the tools then needed for a scientific description of behavior. Historical prestige was beside the point. There was no more reason to make a permanent place for ‘consciousness’, ‘will’, ‘feeling’, and so on, than for ‘phlogiston’ or ‘vis anima’. On the contrary, redefined concepts proved to be awkward and inappropriate, and Watsonianism was, in fact, practically wrecked in the attempt to make them work (p. 292).

Na sequência (p. 292), Skinner menciona nominalmente E. G. Boring e S. S. Stevens, na medida em que sugere que estes partilhariam das reinterpretações comportamentalistas do jargão conservador da Psicologia, como intelectuais que estivessem se aproveitando do sucesso do behaviorismo. Segundo Skinner (1945b):

[...] What happened instead was the operationism of Boring and Stevens. This has been described as an attempt to climb onto the behavioristic band-wagon unobserved. I cannot agree. It was an attempt to acknowledge some of the more powerful claims of behaviorism (which could no longer be denied) but at the same time to preserve the old explanatory fictions unharmed. The strategy adopted is more apparent in Boring’s present paper than in Stevens’ earlier publications. A concession is made in accepting the claim that the data of psychology must be behavioral rather than mental if psychology is to be a member of the United Sciences, but the position taken is merely that of ‘methodological’ behaviorism. According to this doctrine the world is divided into public and private events, and psychology, in order to meet the requirements of a science, must confine itself to the former. This was never good behaviorism, but it was an easy position to expound and defend and was often resorted to by the behaviorists themselves. It is least objectionable to the subjectivist because it permits him to retain ‘experience’ for purposes of self-enjoyment and ‘non-physicalistic’ self-knowledge (pp. 292-293; grifo nosso).

Ainda no nesse artigo (1945b), Skinner propõe sua análise sobre o que é um “bom” (ou não) behaviorismo:

*The position [of methodological behaviorists] is not genuinely operational because it shows an unwillingness to abandon fictions. It is like saying that while the physicist must admittedly confine himself to Einsteinian time, it is still true that Newtonian absolute time flows ‘equally without relation to anything external’ (...) What is lacking is the **bold and exciting** behavioristic hypothesis that what one observes and talks about is always the ‘real’ or ‘physical’ world (or at least the ‘one’*

4) Nos textos de 1945 (a, b) Skinner deixa muito clara sua rejeição a um dualismo de substância. Entretanto, há divergências entre os comentaristas quanto a essa rejeição resultar ou não num monismo materialista (cf. Lopes, 2009; Matos, 1997; Zilio, 2012).

world) and that 'experience' is a derived construct to be understood only through an analysis of verbal (not, of course, merely vocal) processes (p. 293; grifo nosso).

Skinner condena, simultaneamente, o behaviorismo clássico de Watson e o behaviorismo metodológico, que enfatizam a distinção de fronteiras entre público e privado como uma “árida filosofia da verdade por consenso”:

The ultimate criterion for the goodness of a concept is not whether two people are brought into agreement but whether the scientist who uses the concept can operate successfully upon his material – all by himself if need be (p. 293).

É lacônica – talvez irônica – a declaração final de Skinner no contexto do Simpósio, embora corrobore todos os seus argumentos sobre as funções do operacionismo:

My reaction to this symposium, then, is two-fold. The confusion which seems to have arisen from a principle which is supposed to eliminate confusion is discouraging. But upon second thought it appears that the possibility of a genuine operationism in psychology has not yet been fully explored. With a little effort I recapture my enthusiasm of fifteen years ago. This is, of course, a private event (p. 294).

As divergências de Skinner em relação ao Behaviorismo Clássico de Watson e ao Behaviorismo Metodológico de Boring e Stevens aparecem ressaltadas nos textos de 1945 (a, b; ver também Skinner, 1974) e são bem resumidas por Malagodi (1986) como sendo (1) a concepção de que a dicotomia público-privado (caracterizada por diferenças de acesso) é qualitativamente diferente da dicotomia físico-mental (que assume diferenças ontológicas entre fenômenos subjetivos e objetivos); (2) a rejeição do acordo entre observadores como critério epistemológico essencial; (3) a proposição pragmatista quanto à função de teorias; e (4) a abordagem dos eventos subjetivos como um problema psicológico (a ser explicado no campo das variáveis de controle do comportamento verbal de cientistas e teóricos) e não como um problema lógico⁵. Nesse sentido, o behaviorismo skinneriano só admite o adjetivo *radical* se em comparação com outras formas de behaviorismo como, por exemplo, em comparação com o *metodológico* do behaviorismo de Boring e Stevens e com o *clássico* do behaviorismo de Watson.

Note-se que grifamos *merely* em uma das últimas citações. Trata-se de um atributo dirigido ao Behaviorismo Metodológico registrando um falso ou incompleto operacionismo quando se faz apenas “traduções” de uma lógica explicativa mentalista mediante o artifício de uma linguagem comportamentalista. Também frisamos outra dimensão da “radicalidade” imposta por Skinner quando sublinhamos *bold and exciting* (Skinner, 1945b, p. 293). Ali, o autor sugere que o Behaviorismo Metodológico carece do que seria algo como uma “audaz e empolgante” convicção de que aquilo que é estudado pelo Behaviorismo Radical é comportamento, que sempre tem lugar num mundo real e, não, num mundo “mental”, que apenas existiria em outra dimensão que não aquela do comportamento. Nessa perspectiva, os conceitos supostamente men-

5) A delimitação das diferenças teóricas entre os behaviorismos clássico, metodológico e radical é, em última instância, sempre uma tarefa de interpretação e pode, portanto, ser modificada a depender da ênfase de cada teórico. Em linhas gerais, os autores deste texto concordam com Malagodi (1986), mas acrescentariam também a adoção do modelo de seleção por consequências. Entretanto, uma vez que a formalização do compromisso com esse modelo surge apenas tardiamente na obra de Skinner, optou-se por não mencioná-la como uma característica que demarcou as diferenças no sentido de *radical* proposto por Skinner em 1945.

tais deveriam ser tratados como descrições verbais de teóricos, cientistas e não cientistas sobre eventos que, em última instância, são da mesma natureza dos eventos públicos, o que dispensa traduções exaustivas dos conceitos mentalistas em termos de operações físicas. Esse último aspecto afeta também a proposta de Watson que, comprometido com o fisicalismo e com critérios de verdade por consenso, precisava se restringir a eventos observáveis (passíveis de operacionalização direta) e esperar que avanços tecnológicos permitissem o acesso público a eventos aparentemente privados (como o pensamento, por exemplo).

Desse modo, parece que o sentido vernacular de *radical* mais apropriado ao behaviorismo de Skinner é aquele que remete ao que é fundamental, básico, essencial ou *going on the root*. É ao tratar dos aspectos filosóficos e lógicos referentes à privacidade enquanto questões comportamentais relacionadas ao “uso de termos mentais” que Skinner “radicaliza” seu behaviorismo.

SENTIDO CENTRAL E SENTIDOS ADJACENTES DE *RADICAL* NO BEHAVIORISMO

Como se pode depreender das citações e argumentos até aqui apresentados, há uma diferença essencial entre os qualificativos de “radical” no behaviorismo watsoniano e skinneriano. No primeiro, não é assumido com essa designação por Watson, seja no artigo de 1913, seja em suas outras publicações; no segundo, é oportunamente assumido por Skinner por ocasião do Simpósio sobre Operacionismo, em 1945. De toda maneira, em ambas as versões do behaviorismo o significado do termo implica inovações inusitadas diante dos paradigmas vigentes. Em 1913, o confronto se dá nas duas dimensões assinaladas por Watson, quais sejam, a proposição de novo objeto de estudo e o novo procedimento de acesso aos dados. Em 1945, o confronto é explicitado no texto de Skinner com referência especial ao tratamento dos conceitos psicológicos como comportamento verbal de teóricos e psicólogos e ao abandono do critério de acordo entre observadores na validação do conhecimento.

Importante observar que – regra geral – não apenas o grande público, mas a academia se espanta com a autodesignação do behaviorismo skinneriano como radical: A primeira reação é a de tomá-lo como intransigente, inflexível, reducionista, mecanicista (Carrara, 2005; Rodrigues, 2006). No caso de Skinner, ao longo dos anos vão se acumulando as resistências à sua “radicalidade”, uma vulgata entre leigos que sinonimiza rejeição a seu suposto extremismo (ao afastar explicações mentalistas) e estreiteza intelectual (ao eleger a equivalência substantiva entre os eventos comportamentais privados e públicos e, conseqüentemente, passar a analisar a vida “social” com base na história de interações entre organismo e ambiente). Essa trajetória da “radicalidade” em Skinner se revelou tanto mais aguda quanto mais disseminadas se tornaram suas obras *Walden Two* (1948), *Science and Human Behavior* (1953) e *Beyond Freedom and Dignity* (1971), por exemplo.

Outra acepção da radicalidade, que se origina em Watson, mas se acentua em Skinner, é a própria concepção do comportamento (“*as a whole*”) que se constitui como objeto de estudo da nova ciência. Houve, ora explícita, ora velada, resistência dos behavioristas tradicionais que se sobressaíram na academia entre os momentos iniciais de grande destaque de Watson (1913) e Skinner (1945a, 1945b) e que tendiam a defender que a operacionalização de explicações tradicionais (que se referiam a entidades mentais como variáveis causais ou explicativas do comportamento) seria suficiente para consolidar o modelo da nova ciência e responder à demanda por objetividade predominante no mundo ocidental. No entanto, se por um lado inspira Watson, por outro entusiasmo Skinner a, justamente, tomar como ponto de partida que o comportamento (“como um todo”, “em si mesmo”, “*as a whole*”) constitui o objeto de estudo a ser descrito e, não, o comportamento como uma forma de “representação” de sintomas, desejos, motivações ou, ainda, como “externalização” da ação de entidades mentais. Assim, o comportamento, fato intrínseco às relações entre organismo e ambiente, é (radicalmente) o fenômeno a ser explicado em termos de contingências.

Também compõe um aspecto contextualizador da adjetivação *radical*, a compreensão de que um fenômeno, um fato, um empreendimento ou uma teoria, apenas constituem-se como radicais se comparados com seus equivalentes. Nessa perspectiva, também em outras mediações teórico-epistemológicas se poderia falar em radicalidade (um empirismo, um cognitivismo, ou uma psicanálise radical) se se comparam seus respectivos pressupostos, princípios e métodos. Do mesmo modo, a literatura examinada parece indicar que, para Skinner, o crucial simpósio sobre operacionismo, em 1945, apresentava-se como uma ocasião propícia para demarcar enfaticamente as *diferenças* fundamentais (nesse sentido, radicais) entre o seu behaviorismo e as demais versões então disseminadas.

Levando-se em conta que a radicalidade aqui examinada refere-se a essas diferenças, torna-se possível conjecturar sobre aspectos que são enfatizados nas proposições de outros “behaviorismos” que surgiram nas ou após as contendas originais entre Behaviorismo Clássico, Metodológico e Radical.

Evidentemente, o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento (Experimental, Conceitual e Aplicada) constituem, respectivamente, filosofia de ciência e áreas científicas em contínuo desenvolvimento, as quais, mesmo por isso, implicam constante pesquisa empírica e intermináveis debates interpretativos de seus princípios, tecnologia e implicações éticas. Por vezes, a esquiva às principais críticas dirigidas ao Behaviorismo Radical (sistematizadas em Carrara, 2005) é realizada pela assunção de posturas aparentemente parcimoniosas ou moderadas, como se fosse logicamente possível formular uma espécie de “Behaviorismo Radical Moderado” (uma vez que *radical* e *moderado* se opõem), em contraposição ao Behaviorismo Radical. Essa “moderação” não adjetiva um novo e consistente behaviorismo enquanto mediação teórica ou sistema formalmente constituído, senão que apenas qualifica uma não rara postura profissional que viabiliza a esquiva a eventuais críticas no sentido de que o perfil da abordagem skinneriana é imoderado e inflexível - Radical. Talvez na tentativa de esquivar-se da valoração negativa associada a esses sentidos adjacentes do qualificador *radical*, o que aparentemente resulta em maior facilidade de aceitação, algumas propostas teórico-conceituais parecem ter se afastado também dos sentidos centrais de *radical* quando aplicado ao behaviorismo skinneriano, buscando uma suposta conciliação entre tal radicalidade e concepções mais brandas como, por exemplo, ao analisar eventos ditos cognitivos como eventos de natureza própria que poderiam ser acessados apenas indiretamente, por meio do comportamento verbal. Para Hayes (1986), essa posição representaria, em última instância, apenas uma variação contemporânea do Behaviorismo Metodológico:

Contemporary methodological behaviorists have expanded on the dualism implicit in the earlier view by using the study of overt events to study inferred events that are thought to exist at another level but that cannot be addressed directly by Science. Most cognitive-behavioral theorizing is based on contemporary methodological behaviorism. This is perhaps the dominant form of behaviorism today (p. 39).

Depreende-se, dos argumentos até aqui apresentados, que embora a acepção *radical* do behaviorismo, a partir de Skinner, tenha uma conotação bastante precisa da maneira como formulada em 1945 (vinculando-se, especialmente, ao distinto tratamento dado aos eventos privados comparativamente ao Behaviorismo Metodológico), coexistiram e contemporaneamente permanecem ativas variadas interpretações da radicalidade aqui examinada. Dentre estas, a grande maioria implica debates acadêmicos de grande relevância para o avanço das ciências do comportamento. Para Burgos (2009), no entanto, há algumas teorias que, à custa de facilidades tecnológicas aparentes ou da amenização de embates teórico-filosóficos naturais no contexto científico, podem revelar constituição teórica incompleta ou inviável. Estas assumem a nomenclatura comumente enunciada como “behaviorismo parcimonioso”. Os argumentos geralmente apresentados são, justamente, os que mais corroboram a interpretação equivocada do que seja o significado de *radical*, ou seja, dizem respeito a uma postura de filiação parcial, hesitante, que teme por críticas às afinidades com o Behaviorismo Radical. É importante ressaltar, entretanto, que não há aqui críticas quanto a discordâncias

em relação aos compromissos filosóficos e conceituais do Behaviorismo Radical. Divergências em posições conceituais são comuns entre as diferentes formas de behaviorismo e algumas das proposições alternativas constituem sistemas teóricos legítimos (ainda que a adequação das propostas seja motivo de grande debate) mesmo compartilhando apenas algumas características entre si (O'Donohue & Kitchener, 1999), o que se critica é a tentativa de esquivar-se do caráter pejorativo de alguns sentidos adjacentes de radical adotando-se posturas supostamente abrandadas, mas que na verdade recaem num ecletismo quase ingênuo, misturando compromissos filosóficos por vezes irreconciliáveis.

Como se pode concluir da mínima amostra de referências citadas neste artigo, existe farta literatura mostrando uma rica história de debates intra e inter-behaviorismos. A fuga ao debate mediante a esQUIVA ao termo *radical* não nos exime da responsabilidade intelectual de fazer escolhas no campo científico. Nesse sentido, tanto o professar um “behaviorismo moderado”, “parcimonioso”, “ponderado”, quanto a manifestação de um conciliador “ecletismo”, ao evitarem compartilhamento ou confronto de convicções, parecem paralisar o avanço da Psicologia, caso apenas se destinem a conciliar conflitos teóricos mediante a adoção de maior generalidade de concepções e práticas profissionais a serem abrigadas sob a nomenclatura de Behaviorismo Radical. Paralelamente, embora não constitua seu objetivo central, este artigo talvez também possa contribuir para dirimir ou reduzir alguns equívocos conceituais que, de modo oposto à ampliação do quadro de behavioristas à custa da admissão de uma “postura moderada” (o que, inadvertidamente, parece subverter o sentido teórico essencial de *radical*, passando a constituir um “radicalismo” às avessas), contribui para, contraditoriamente, limitar tal quadro. Em outras palavras, considerando que constitui sentido central de *radical* a acepção oferecida em 1945 (a, b), uma “flexibilização” da “radicalidade” mediante a admissão de naturezas distintas (comportamento e cognição) parece menos produtiva do que aquelas que flexibilizam as estratégias de pesquisa que mantêm, todavia, o fulcro da seleção pelas consequências. Para exemplificar, podemos nos referir à equivocada crença de identificação do behaviorista radical com sua forma típica de atuação em pesquisa: se, eventualmente, este deixar de fazer uso, em algum momento de sua trajetória, do delineamento de sujeito único, não estará “fazendo” análise do comportamento e não poderá ser considerado, conseqüentemente, behaviorista radical. Embora altamente relevante do ponto de vista metodológico, o uso exclusivo do delineamento de sujeito único não é imprescindível na identificação da *radicalidade* a que aqui nos referimos, a contar pelas pesquisas publicadas no *Journal of Applied Behavior Analysis* e, mesmo, no *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*. Seguramente, usar delineamento de sujeito único é uma excelente recomendação skinneriana para se evitar o engodo das medidas de tendência central que, equivocadamente, podem sugerir a interpretação do comportamento a partir de resultados médios via comparação intergrupar e, não, tomando o sujeito único como parâmetro comparativo, sob a lógica do antes-depois de um dado procedimento. Em contrapartida, o “coração” e o “cérebro” do Behaviorismo Radical não estão na estratégia de pesquisa privilegiada pela Análise do Comportamento, mas na admissão de um estofo único para comportamento público e privado, no tratamento de conceitos mentalistas do ponto de vista das variáveis que controlam o comportamento verbal que quem os propõe e na lógica de seleção pelas consequências (Skinner, 1974). Nesse sentido, os dados históricos da literatura científica aqui examinada não parecem recomendar a adoção de um behaviorismo “menos” ou “mais” radical, ainda que relevantes questões práticas possam estar em jogo. Como já dito, o que se buscou neste artigo foi priorizar a compreensão dos sentidos do termo *radical* quando associado a *behaviorismo*. Considera-se que, tendo um norte mais claro dessa terminologia, provavelmente o behaviorista estará mais apto a notar que, em todas as situações a que se propõe estudar, encontrará contingências operando e é a elas que deve estar atento. Nada menos, nada além.

REFERÊNCIAS

- Buckley, K. W. (1989). *Mechanical man: John Broadus Watson and the Beginnings of behaviorism*. New York: Guilford.
- Burgos, J. E. (2009). Against parsimonious behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 37, 59-85.
- Calkins, M. W. (1907). Psychology: What is it about? *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, 4, 673-683.
- Calkins, M. W. (1921). The truly Psychological Behaviorism. *The Psychological Review*, 28(1), 1-18.
- Calkins, M. W. (1930). The case against Behaviorism. *The Sewanee Review*, 38, 199-209.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo Radical: Crítica e metacrítica*. (2ª ed.) São Paulo: Editora UNESP.
- Cipro Neto, P. (Ed.) (2009). *Dicionário de língua portuguesa comentado pelo professor Pasquale*. Barueri: Gold Editora.
- Cunha, A. G. (Ed.) (1986). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Diehl, F. (1932). *Radical Behaviorism as a philosophical doctrine*. Tese de doutorado, John Hopkins University, Baltimore, MD, EUA. Recuperado em 25 de fevereiro de 2013 de: <https://catalyst.library.jhu.edu/>
- Faria, E. (Ed.) (1994). *Dicionário escolar latino-português* (revisão de R. J. de Faria). Brasília: FAE.
- Hayes, S. (1986). Behavioral philosophy in the late 1980's. *Theory and Philosophy in Psychology*, 6, 39-43.
- Houaiss, A., Villar, M. S., & Franco, F. M. M. (Eds.) (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- James, W. (1904). Does 'consciousness' exist? *The Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Methods*, 1, 477-491.
- Lopes, C. E. (2009). Contextualismo e monismo neutro: reflexões ontológicas sobre a Análise do Comportamento. Em R. C. Wielenska (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Desafios, soluções e questionamentos*. (Vol. 23, pp. 239-242). Santo André: ESETEC.
- Malagodi, E. F. (1986). On radicalizing Behaviorism: A call for cultural analysis. *The Behavior Analyst*, 9, 1-17.
- Marx, M. H., & Hillix, W. A. (1973). *Sistemas e teorias em psicologia*. (3a ed.) São Paulo: Cultrix (Trabalho original publicado em 1963).
- Matos, M. A. (1997). O behaviorismo metodológico e suas relações com o behaviorismo radical. Em A. R. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* (Vol. 1, pp. 57-69). Santo André: ESETEC.
- McDougall, W. (1912). *Psychology: The study of behaviour*. New York: Henry Holt and Company.
- McDougall, W. (1923). Purposive or mechanical psychology? *The Psychological Review*, 30, 273-288.
- Merriam-Webster (2013). Radical. Em *Merriam-Webster: Dictionary and thesaurus*. Recuperado em 19 de janeiro de 2013 de: <http://www.merriam-webster.com/dictionary/radical>.
- Micheletto, N. (1997) Bases filosóficas do Behaviorismo Radical. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição*. (VOL. 1, pp. 29-44). Santo André: ARBytes,
- Moore, J. S. (1921). *The foundations of psychology*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Morris, E. K., Todd, J. T., Midgley, B. D., Schneider, S. M., & Johnson, L. M. (1990). The history of Behavior Analysis: Some historiography and a bibliography. *The Behavior Analyst*, 13, 131-158.
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners: Modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- O'Donnell, J. M. (1985). *The origins of behaviorism: American Psychology, 1870-1920*. New York: New York University Press.
- O'Donohue, W., & Kitchener, R. (1999). Introduction: The behaviorisms. Em W. O'Donohue & R. Kitchener (Orgs.), *Handbook of Behaviorism*. San Diego: Academic Press.

- Oliveira, C. I., & Pires, A. C. (2007). O pensamento em Watson: rompendo com o legado metafísico e buscando uma referência materializante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 457-466.
- Pillsbury, W. B. (1922). Review of *A Study of Mental Life*, by R. S. Woodworth. New York: Holt, 1921 (580 p.). *The Journal of Philosophy*, 19, 446-447.
- Real Academia Española (2013a). Radical. Em *Diccionario de la lengua española* (22ª ed.). Recuperado em 17 de janeiro de 2013 de: <http://lema.rae.es/drae/?val=radical>.
- Rodrigues, M. E. (2006). Behaviorismo: mitos, discordâncias, conceitos e preconceitos. *Revista Educere et Educare*, 1, 141-164.
- Samelson, F. (1981). Struggle for scientific authority: The reception of Watson's Behaviorism, 1913-1920. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 17, 399-425.
- Schneider, S. M., & Morris, E. K. (1987). A history of the term radical behaviorism: From Watson to Skinner. *The Behavior Analyst*, 10, 27-39.
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. New York: Appleton.
- Skinner, B. F. (1945a). The operational analysis of psychological terms. *The Psychological Review*, 52, 270-277.
- Skinner, B. F. (1945b). Rejoinders and second thoughts. *The Psychological Review*, 52, 291-294
- Skinner, B. F. (1948). *Walden two*. New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1959). John Broadus Watson, behaviorist. *Science*, 129, 197-198.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. (1974). *About Behaviorism*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. (1979). *The shaping of a behaviorist: Part two of an autobiography*. New York: Knopf.
- Strapasson, B. A. (2008). John B. Watson, o cuidado psicológico do infante e da criança: possíveis consequências para o movimento behaviorista. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20, 627-636.
- Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *The Psychological Review*, 20, 158-177.
- Watson, J. B. (1914). *Behavior: An introduction to comparative psychology*. New York: Henry Holt and Company.
- Watson, J. B. (1920). Is thinking merely the action of language mechanisms? *British Journal of Psychology*, 11, 87-104.
- Watson, J. B. (1925). *Behaviorism*. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Company. (Trabalho original publicado em 1924).

Received: August 25, 2013
Accepted: December 05, 2013